

A cobertura do Jornal Diário do Povo sobre o caso Donizetti Adalto: primeiras aproximações¹

Jaqueline da Silva Torres CARDOSO²

Cintia da Silva FRANÇA³

Maria Nilza de Carvalho Pinto AMÉRICO⁴

Universidade Estadual do Piauí – UESPI (campus de Picos)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar como o Jornal Diário do Povo construiu sentido acerca do caso Donizetti Adalto, ocorrido no dia 19 de setembro de 1998. Neste trabalho recorreremos uma amostra de 20 matérias publicadas no período de 20 a 31 de setembro de 1998. Como é um trabalho de aproximação com o objeto de estudo, buscamos na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979) identificar a quem foi dado o direito à fala e os sentidos construídos através dessas vozes. Como embasamento teórico recorreremos ao conceito de jornalismo como construtor social da realidade (PARK, 2008), (ALSINA, 1989) e (CHARAUDEAU, 2007) e a apropriação das fontes jornalísticas no processo de construção da notícia (FONTCUBERTA, 1993), (SOUSA, 2001), (GOMIS, 2001) entre outros. A análise nos permitiu compreender que o impresso construiu o caso baseado em fontes oficiais, sem verificar os fatos e contrasta-los com outras fontes.

PALAVRAS-CHAVE: fontes; construção da realidade; produção de sentido; Análise de Conteúdo.

Introdução

Vários são os estudos que tem como base as construções de sentidos produzidas pelo jornalismo através das vozes das fontes de informação. O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Discursos, memórias e práticas jornalísticas: um estudo sobre o caso Donizetti Adalto (1998 – 2013)” que tem como objetivo principal: investigar e compreender os sentidos e as marcas de memórias produzidos acerca da midiaticização do caso Donizetti Adalto, durante o período de 1998 a 2013. O projeto conta com duas bolsistas de iniciação científica.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Professora Assistente III – Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus professor Barros Araújo (Picos). E mail: torres.jaqueline@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social com Hab. em Jornalismo e Relações Públicas da UESPI, campus de Picos – PI. Email: cintia_franca20@outlook.com.

⁴ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social com Hab. em Jornalismo e Relações Públicas da UESPI, campus Picos – PI. Email: mariaactrice@hotmail.com.

Esta pesquisa é um recorte dos primeiros achados em relação ao objeto de estudo e propõe analisar como o jornal Diário do Povo construiu sentido acerca do caso Donizetti Adalto ocorrido no dia 19 de setembro de 1998. A pesquisa tem como aporte metodológico a Análise de Conteúdo (AC) para mapear as vozes presentes nas 20 matérias publicadas no período de 20 a 31 de setembro de 1998.

Sendo o jornalismo um construtor de produtor de realidade(s), a pesquisa concentrará em compreender a quem foi dada a voz naquele momento para produzir os sentidos sobre o caso, pois sabemos que as fontes de informação constituem como ponto central na construção do texto jornalístico, pois como afirma Sousa (2006, p 207): “não existiria investigação jornalística sem fontes de informação. E mais: grande parte da informação jornalística não existiria sem fontes de informação.”

Sobre o caso Donizetti Adalto

Donizetti Adalto dos Santos, jornalista e escritor, foi espancado e assassinado com sete tiros à queima-roupa, no dia 19 de setembro de 1998, na Avenida Marechal Castelo Branco. Naquele período, ele era candidato a deputado federal pelo Partido Popular Socialista (PPS). Na campanha, fazia parceria com o candidato a deputado estadual Djalma da Costa e Silva Filho que, após investigações, foi acusado como um dos autores intelectuais do crime.

O fato de Donizetti Adalto avançar nas pesquisas eleitorais, enquanto Djalma Filho não, foi um dos motivos, apontados pela polícia, para o assassinato. O objetivo de Djalma Filho era atrair o sensacionalismo da imprensa e a solidariedade popular, de modo a reverter a seu favor a intenção de votos destinada ao colega de campanha. No dia das eleições, o jornalista recebeu cerca de 47 mil votos, o suficiente para elegê-lo. Tal atitude por parte da sociedade foi interpretada como uma forma de protesto contra o assassinato.

Natural do Paraná, Donizetti Adalto trabalhou na TV Cultura de Maringá, no final dos anos 70 e início de 80. Foi amigo de Carlos Roberto Massa, o Ratinho. No Maranhão, o jornalista trabalhou na TV Timon. No Piauí, trabalhou na TV Pioneira (hoje TV Cidade Verde), e na TV Meio Norte, da qual foi afastado por brigar ao vivo com o deputado estadual Leal Junior (DEM).

Polêmico, Donizetti Adalto denunciava constantemente em seu programa esquemas de corrupção existentes no Piauí. Essas denúncias afetavam políticos, empresários e emissoras de TVs da região. Seus bordões mais usados no programa eram: “Morro e não

vejo tudo!” e “Cristo está voltando!”. Seus slogans de campanha eram: “Calar não calo” e “Pau na máfia”.

O Jornalismo como construtora social da realidade

Na sociedade contemporânea o jornalismo tem relevante papel no processo de cognição social. Essa afirmação já vem desde os estudos de Robert Park (2008), quando o mesmo publicou um trabalho na década de 40 em que abordava “a notícia como forma de conhecimento”. Para Park (2008, p.51) a notícia tem a função de “orientar o homem e a sociedade no mundo real”. O autor reforça a importância da divulgação da notícia nos meios de comunicação:

A multiplicação dos meios de comunicação tem feito com que qualquer um, mesmo nas partes mais distantes do mundo, possa participar dos eventos – pelo menos como ouvinte, se não espectador – enquanto esses acontecem em alguma outra parte do mundo. (PARK, 2008, p.69)

Esta assertiva mostra-se bastante atual quando pensamos na contemporaneidade e no advento das novas tecnologias e nas novas formas de propagar a informação. Sendo assim, “para que um relatório de eventos atuais tenha a qualidade de notícia, ele não deve apenas circular – possivelmente em canais subterrâneos – mas deve ser publicado, seja pelo arauto da vila ou pela imprensa pública” (PARK, 2008, p. 62).

Outro autor que compartilha do mesmo pensamento quanto a relevância da notícia é Alsina (1989, p.6): “La representación por parte de los media de la realidad va mucho más allá de la propia realidad perceptible. Es decir, el ojo electrónico llega donde no puede llegar el ojo humano”. E complementa reforçando que: “Los mass media nos aproximan así a los acontecimientos de una forma absolutamente distinta para el individuo.”

Pela credibilidade que lhe é conferida, a mídia desempenha o papel de mediação e o jornalista de articulador entre a sociedade e o mundo real. A construção do que será noticiado nos veículos depende de práticas próprias da profissão. Charaudeau (2007) aponta que a mídia é um suporte que obedece a uma lógica econômica, técnica, social e discursiva própria. Os mais diversos campos (político, econômico, tecnológico, educacional, só pra citar alguns) têm como interesse pesquisar as interfaces que permeiam essas duas últimas

lógicas. Compreender o modo como a sociedade regula as trocas sociais, constroem representações e produz sentidos daquilo que é apresentado no ambiente midiático tornou-se objeto de estudo de vários campos. .

A mídia se coloca numa posição de relatar os acontecimentos e por meio de lógicas próprias, cria um sentimento de proximidade entre seu público e o veículo midiático. A produção de sentido não ocorre ao acaso. Ela é o resultado da seleção: da linha editorial do veículo, da ideologia de quem irá produzir a matéria, das fontes de informação, do enquadramento das fotografias ou das imagens, É por esse motivo que Charaudeau (2007, p. 39) aponta que informar envolve escolhas:

não somente escolha de conteúdos a transmitir em falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para somente escolha de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas* (grifo do autor).

São por esses motivos que as estratégias utilizadas pelos veículos midiáticos possuem um efeito de verdade, onde cada “discurso modula seus efeitos de verdade de uma maneira particular” (CHARAUDEAU, 2007, p. 50), por isso vários autores são categóricos ao afirmar que a mídia produz efeitos da verdade/efeitos do real. Já que “as provas da verdade, ou, melhor dizendo, da veracidade de uma informação são, igualmente, da ordem do imaginário, isto é, baseadas nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito” (CHARAUDEAU, 2007, p.55).

É preciso destacar que os textos midiáticos ofertam a sociedade uma construção da realidade, o que possibilita ao leitor/telespectador/ouvinte produzir representações daquilo que lhe foi apresentado pelos veículos midiáticos. Entende-se que a verdade não é única e cada veículo de comunicação traz nos discursos apresentados à sociedade, sua verdade, acordo com as lógicas já explicitadas. E isso fica mais evidente quando recorremos a acontecimentos de grande repercussão midiática, onde cada veículo de comunicação traz enfoques diferentes para um mesmo fato.

Sobre as fontes jornalísticas no processo de construção da notícia

Como apontamos acima, a produção dos sentidos midiáticos perpassa pela escolha de quais fontes serão ouvidas para construir o discurso midiático. Tendo como um dos objetivos identificar as vozes ouvidas no discurso, o artigo buscará discorrer sobre este tema. A presença das fontes de informação no discurso jornalístico é considerada como uma característica primordial para a construção do relato. Ao recorrer às falas de outros atores sociais, os meios de comunicação apresentam-se como o lugar de difusão de vozes, atribuindo sentidos para o acontecimento. Sendo o jornalismo um campo que apresenta o cotidiano da vida social, torna-se necessário analisar a sua relação com as fontes de informação e a importância delas no processo de construção do acontecimento midiático.

Fontcuberta (1993, p. 58) descreve como fontes de informação as “personas, instituciones y organismos de toda índole que facilitan la información que necesitan los medios para suministrar noticias.” E, segundo a autora, “cualquier actor social – personal o coletivo – puede ser fuente cuando desempeña ese rol respecto de otro actor comunicándole datos, significados, versiones del caso noticiable” (FONTCUBERTA, 2006, p. 245).

De acordo com Sousa (2001), dentro dos veículos de comunicação, as fontes são vistas como fornecedoras de informações e de ideias veiculadas pelos meios, levando ao espaço público sugestões de debate e de conhecimento do mundo social. O autor reforça a importância não apenas de se chegar até as fontes, mas de ir além delas, rumo a identificações das forças e das regras que norteiam determinado veículo de comunicação no trabalho jornalístico de selecionar, apurar e veicular as informações.

Já Gomis (2001) acredita que as notícias devem ser lidas perguntando quem contou o fato e com que interesse. Para o autor, o interessado não aparece na notícia. Os veículos de comunicação têm a responsabilidade de verificar o fato e contrastá-lo. Deve-se indagar não só quem é o beneficiado, mas também, quem é o prejudicado, porque “a notícia é uma interpretação de um fato, mas a interpretação da notícia se faz melhor se nos perguntarmos a quem beneficia ou prejudica, como pista para averiguar quem pode ser a verdadeira fonte”. (GOMIS, 2001, p. 106).

Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico é conhecer os parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como os critérios de noticiabilidade que norteiam tais meios. Para Gans, (1979) citado por Santos (1997), a rede de fontes reflete a estrutura social e a organização dos procedimentos

produtivos de uma organização noticiosa. Os critérios que os jornalistas utilizam para conservar uma fonte são: a autoridade, a produtividade e a credibilidade.

A autoridade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. A produtividade diz respeito às razões pelas quais prevalecem as fontes institucionais, já que essas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, evitando que os jornalistas tenham de recorrer a mais fontes. A credibilidade associa-se à quantidade e à qualidade de materiais e à necessidade de limitar o número de fontes a consultar.

Sigal (1973) compartilha o mesmo pensamento ao detectar que as notícias dependem tanto da forma como os jornalistas procuram as fontes como o inverso. (apud SANTOS, 1997). O “quem” da notícia assume, para o autor, maior importância e os variados “quem” não têm acesso igual. Ao estudar as notícias veiculadas pelas fontes oficiais e não oficiais, o autor enfatiza a ideia de que os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes dizem do tipo de fontes consultadas.

O autor ainda ressalta que a maioria das notícias resulta das fontes oficiais, e compreender a razão por que as fontes, em especial as oficiais, se dirigem aos jornalistas e lhes transmitem determinados dados é a chave para explicar qual informação resulta em notícias e como essas são produzidas.

De um modo geral, os governos, os responsáveis por instituições públicas e privadas e todos os encarregados de falar em nome do interesse público possuem, enquanto fontes autorizadas, um grande volume informativo, sendo capazes de controlar o seu acesso aos meios de comunicação e de gerir a propagação das informações de acordo com interesses específicos.

Por outro lado, quanto o jornalista consulta fontes com menor peso institucional (ou não oficiais), por vezes defronta-se com versões totalmente opostas dos mesmos acontecimentos, o que lhe possibilita uma compreensão mais ampla dos acontecimentos. E para ser alvo da cobertura midiática, as fontes não oficiais precisam causar impacto. (SIGAL, 1973 apud SANTOS, 1997)

Análise do Caso Donizetti Adalto no Jornal Diário do Povo

A pesquisa aqui proposta tem, na análise de conteúdo (BARDIN, 1979), as ferramentas metodológicas necessárias à investigação de como o Jornal Diário do Povo construiu sentido acerca do caso Donizetti Adalto, ocorrido no dia 19 de setembro de 1998. Para Bardin (1979) a análise de conteúdo organiza-se em torno de três etapas compreendidas em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise consiste na organização e sistematização das ideias iniciais. Nessa fase, ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final.

Nesse processo, Bardin (1979) propõe uma “leitura flutuante” como uma primeira aproximação do *corpus*. A “leitura flutuante” é o “contato com os documentos a serem analisados, visando a conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 290).

Após esse primeiro contato, realiza-se a constituição do *corpus*, ou seja, a seleção de todos os documentos que serão submetidos à análise. A constituição do *corpus* deve responder aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência destacados por Bardin (1979)⁵. Em seguida, formulam-se os objetivos e o pesquisador elabora, de acordo com os objetivos a serem alcançados, os indicadores a serem adotados no processo de análise. (BARDIN, 1979).

A exploração do material refere-se à codificação dos dados brutos em função de regras previamente formuladas. “A codificação é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado” (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 294). Na codificação, é realizada a escolha das unidades de registro e de contexto (recorte), a escolha das regras de quantificação e a categorização.

Por categorização, Fonseca Junior (2005, p. 298) entende o “trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro, em número reduzidos de categorias”. Os critérios de classificação podem ser semânticos (temas), sintáticos

⁵ Critério da exaustividade – Dentro do período escolhido, devem ser considerados todos os documentos relativos ao assunto pesquisados. Critério da representatividade – Determinar o tamanho da amostra de acordo com a ênfase dada na pesquisa (análise quantitativa ou qualitativa). Critério da homogeneidade – os documentos para a análise devem ser da mesma natureza, do mesmo gênero ou do mesmo assunto. Critério da pertinência – os documentos devem se adequar aos objetivos da pesquisa. (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 292 – 293).

(adjetivos, verbos), léxicos (classificação das palavras segundo seu sentido) e expressivos (classificação das perturbações da linguagem). (BARDIN, 1979).

Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação consistem no tratamento dos dados brutos, buscando estabelecer quadros de resultados, figuras, modelos, diagramas. De posse dos resultados, o pesquisador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos na pesquisa. Para Fonseca Junior (2005, p. 299), a inferência é um procedimento “utilizado para desvendar as condições de produção das análises”.

Na pré-análise, e durante a “leitura flutuante”, encontramos uma amostra de 20 matérias publicadas em 11 dias, compreendidas entre o período de 20 a 31 de setembro de 1998. Uma quantidade de matérias variou entre 1 a 3 publicações por dia. Para atender o objetivo proposto, buscamos mapear as vozes e identificar os sentidos produzidos. Para isto, buscamos a categorização dos dados para identificar a frequência com que eles aparecem nos discursos. Identificamos a: quantidade de fontes ouvidas nas matérias; se as fontes ouvidas apresentam posições divergentes entre elas; se alguma fonte foi citada no lide e que fonte foi essa; como o jornalista é caracterizado pelo impresso e o posicionamento do mesmo em relação ao caso.

Em relação à quantidade de fontes ouvidas nas matérias durante os 11 dias o impresso recorreu a um total de 50 fontes. Destas, 39 (o que representa 78%) foram concentradas em 5 fontes de informação. São elas: a Polícia Civil (24%); a Polícia Federal (18%); os Políticos (16%); os representantes do Partido Popular Socialista (12%) e os Acusados pelo crime (8%). Os 22% restantes foram as seguintes fontes: Djalma Filho (colega de chapa de Donizetti Adalto e suspeito de ser o mandante do crime), o governador Mão Santa, o amigo de bancada de Donizetti, Carlos Morais e o Ministério Público, estes foram chamados pelo Diário do Povo em duas publicações cada. Já o presidente do TRE, a Polícia Militar e a mãe de Donizetti, a senhora Almezinda foram ouvidos em uma publicação cada.

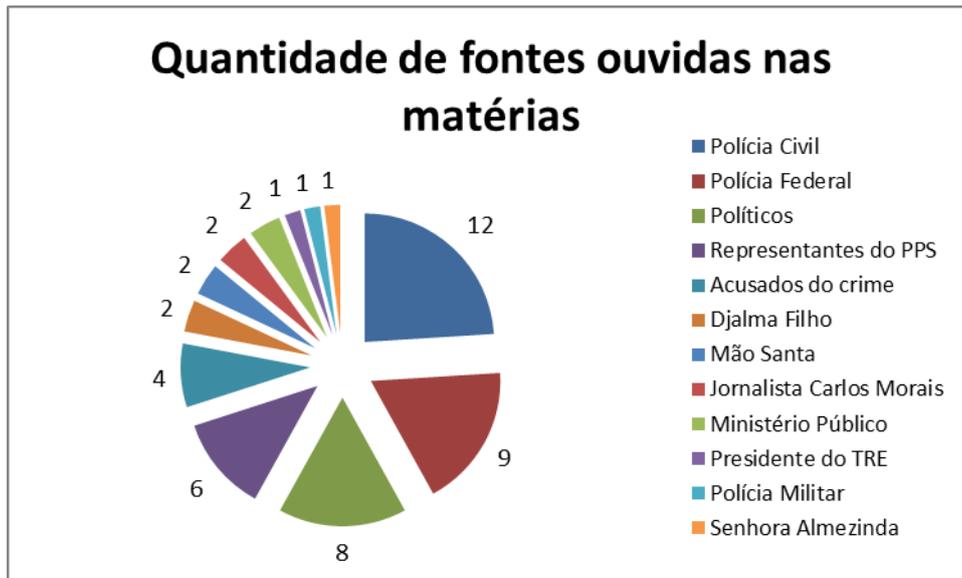


Gráfico 01: Quantidade de fontes ouvidas nas matérias do Jornal Diário do Povo.
 Elaboração própria

O que se pode perceber é que no dia seguinte após o acontecimento o impresso recorreu às especulações em relação ao crime, como ouvir políticos para saber se o crime teve motivação política ou não. Recorreu à família (mãe) e ao amigo (Carlos Morais) para retratar o sentimento de pessoas próximas ao jornalista. A partir do segundo dia, o jornal buscou trazer a voz de fontes oficiais para falar sobre o caso. Em nenhum momento o Diários do Povo trouxe em suas páginas fontes anônimas ou fontes não identificadas.

Buscamos identificar se as fontes ouvidas nas matérias apresentaram posições divergentes entre elas. Das 20 publicações no período, 16 (o que representa 80%) não apresentam posições divergentes e apenas 4 (o que representa 20%) tinham posições divergentes entre elas. Mas é importante destacar que nas publicações que trazem posições divergentes, o impresso utiliza uma ilusão polifônica. Podemos perceber isso com mais clareza na primeira matéria publicada no dia 20 de setembro de 1998, quando o impresso questiona se o crime foi motivado por questões políticas ou não. Dos 8 políticos envolvidos, 6 confirmaram a relação do crime com questões políticas e apenas 2 não acreditavam na afirmação:

A presidente do PT, vereadora Flora Isabel, também acredita que o assassinato de Donizetti Adalto foi de cunho político e que não deve ficar impune porque representa uma afronta aos direitos humanos e à cidadania, já que o jornalista sempre se posicionou contra a corrupção no Estado... (DIÁRIO DO POVO, 20 de setembro de 1998)

Por outro lado, o Presidente do Diretório Municipal do PMDB, Themístocles Filho, não acha que o jornalista foi morto por seu envolvimento com a política. Ele diz que é muito cedo para emitir uma opinião sobre o caso, mas não crê, de imediato, que tenha sido esse (crime político) o motivo do assassinato. (DIÁRIO DO POVO, 20 de setembro de 1998)

Para destacar a importância atribuída a uma determinada fonte, identificamos se alguma voz foi citada no lide. Das 20 matérias, 9 (o que representa 45%) citam fontes no primeiro parágrafo do impresso. Dessas, a Polícia Federal e os representantes do PPS apareceram 3 vezes cada um, o presidente do TRE, o vereador Djalma Filho e o Delegado da Polícia Federal apareceu 1 vez cada um:

O superintendente da Polícia Federal do Piauí, Roberto Rios, afirmou ontem que todos os levantamentos feitos apontam o vereador Djalma Filho como mandante do crime, acrescentando que nos autos não existem mais dúvida... (DIÁRIO DO POVO, 24 de setembro de 1998).

Com relação a prisão do vereador Djalma Filho, comprovado através de inquérito como o mandante do assassinato do jornalista Donizetti Adalto, o superintendente da Polícia Federal do Piauí, Robert Rios, disse que já foi solicitada e que só a Justiça do Piauí é quem vai decidir. (DIÁRIO DO POVO, 27 de setembro de 1998)

Por ser uma pessoa muito polêmica, por fazer denúncias a políticos, a empresários e a emissoras de TVs, muitos de seus desafetos, apelidaram o jornalista de forasteiro. Buscou-se nessa pesquisa também identificar como impresso chamava o jornalista e quais foram os adjetivos utilizados para fazer referência ao mesmo. Nas 20 publicações estudadas o jornal utilizava a denominação “jornalista Donizetti Adalto” ou apenas “Donizetti Adalto”. E apenas no primeiro dia de publicação (20 de setembro) que o impresso recorreu aos adjetivos como “polêmico, audacioso, aguerrido e combativo”.

Durante esse período, as 4 primeiras publicações posicionou-se com neutralidade em relação ao caso. Após a Polícia Federal apontar o mandante do crime, o posicionamento do jornal foi de acusação a Djalma Filho nas 16 publicações subsequentes, mas sempre recorrendo à fala das fontes para fazer a acusação:

O vereador Djalma Filho (PPS), apontado pelo seu motorista Fabrício de Jesus Costa Lima, como mandante do assassinato do jornalista Donizetti Adalto, foi indiciado ontem em inquérito pela Polícia Federal. (DIÁRIO DO POVO, 23 de setembro de 1998).

O superintendente da Polícia Federal no Piauí, Robert Rios, afirmou que não há mais dúvidas e que todas as investigações feitas até agora apontam o vereador Djalma Filho (PPS) como sendo o mandante do assassinato. (DIÁRIO DO POVO, 24 de setembro de 1998)

Considerações

O esforço da presente pesquisa foi centralizado em identificar a quem foi dado o direito à fala e os sentidos construídos através dessas vozes quando o jornal Diário do Povo retratou em suas páginas o caso Donizetti Adalto. Pesquisar o tema em questão, em especial um caso de grande repercussão midiática no Estado ocorrido há quase 18 anos, significa identificar as tensões e intenções presentes entre os jornalistas e as fontes e como esta relação afeta diretamente a construção de uma possível realidade. É questionar informações que estão além do que parece óbvio na visão do senso comum. Temos a tarefa de rastrear detalhes, muitas vezes ocultos nos discursos produzidos.

Nesta pesquisa, observamos 20 matérias do jornal Diário do Povo, compreendidas entre os dias 20 a 31 de setembro de 1998 e pudemos constatar que, como aponta a própria literatura, segundo a qual os jornalistas preferem fazer referência a fontes oficiais que ocupam posições institucionais de autoridade que, presumidamente, tem maior credibilidade, o impresso não fugiu à regra, destinando em suas matérias as falas das Polícias Civil e Militar (em 42% das publicações).

Por ser um acontecimento de grande repercussão, que envolveu o campo político e pessoas influentes no Estado ligadas a este campo, acreditamos que o impresso tentou agir com cautela ou até mesmo com um certo receio ao publicizar o caso. Pedemonte (2001, p. 159) acredita que, ao retratar um acontecimento, “... las afirmaciones más contundentes están casi todas puestas en boca de fuentes no calificadas o anónimas, es una manera que eligieron los cronistas para publicar sus propias sospechas”. O autor declara que as citações servem como um instrumento de sinalização para destacar que a referida afirmação pertence a uma pessoa, de preferência não identificada, que não é o jornalista. Por esse motivo a recorrência às fontes oficiais, inclusive na construção do lide das matérias e ao apresentar os títulos das publicações como: “Djalma já foi indiciado, diz delegado” (23/09/1998) e “Djalma mandou matar Donizetti, diz PF” (24/09/1998).

O jornal Diário do Povo não se preocupou de ir além das fontes, como aponta Sousa (2001). E as fontes ouvidas quase não apresentavam posições divergentes entre

entres elas. O “outro lado”, quase não foi ouvido, limitando a pluralidade de vozes (BENETTI, 2007). Corroborando com a afirmação de Gomis (2001), pudemos verificar que o “quem” não tem acesso igual.

Mesmo sendo uma pessoa polêmica, com muitos desafetos, o impresso caracterizou o jornalista com adjetivos mais comedidos. O jornalista era chamado em suas páginas sempre pelo nome e sobrenome. Em nenhum momento outros adjetivos mais depreciativos para caracteriza-lo ou fazer referências às suas desavenças públicas foram utilizados, como por exemplo, “forasteiro”, dito por muito de seus inimigos e que inclusive está em sua lápide: “Estou aqui no Piauí há 11 anos e ainda me chamam de forasteiro. Eu vou morrer aqui e no meu túmulo vão escrever: Aqui jaz um forasteiro, mas que acrescentem, um forasteiro valente e de coragem”

Verificamos que o jornal iniciou seu posicionamento com certa cautela. À medida que as investigações foram ocorrendo e os suspeitos foram identificados, o jornal ofereceu pouco espaço para os envolvidos no crime. O que foi identificado como mandante do crime foi ouvido apenas 2 vezes pelo jornal, das 20 matérias publicadas no período.

Com esses resultados pudemos verificar que, através dos estudos das fontes é possível verificar características importantes que definem as coberturas jornalísticas, como aponta Mazzarino (2007, p. 5): “conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege”. Registramos aqui que os próximos passos desta pesquisa será o de verificar a frequência com que o caso Donizetti Adalto foi publicado e republicado ao longo dos 15 anos e o de traçar as marcas de memória, relacionadas ao caso Donizetti Adalto, na medida em que elas se constituem, se estabelecem ou se modificam durante esse período.

Referências bibliográficas

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**, Paidós, Barcelona, 1989. Disponível em: <http://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-I/La%20produccion%20de%20la%20noticia.pdf>. Acesso em 10 mai. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 21 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 22 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 23 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 24 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 25 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 26 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 27 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 28 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 29 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 30 set. 1998.

DIÁRIO DO POVO. Teresina, 31 set. 1998.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p.280 – 304.

FONTCUBERTA, Mar De. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del Periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 2001

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo do conhecimento. In: BERGER, Christa e MAROCCO Beatriz. (orgs). **A Era Glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulinas, 2008, p: 15 – 32

PEDEMONTE, Damián Fernández. El relato como constituyente del caso policial In: _____. **La violencia del relato** – discurso periodístico y casos policiales. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2001.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media** 2 ed. rev.amp. Porto, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedroelementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em 08 Abr. 2016.